

**COMITE PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA
INFORMÁTICA**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

COMITE PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA
CNPJ: 00.969.401/0001-54
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

ÍNDICE

Balanço patrimonial	1
Demonstração do resultado dos exercícios	2
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	3
Demonstração dos fluxos de caixa	4
Notas explicativas às demonstrações financeiras	5 -14

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Administradores do
COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2024.

UHY BENDORAYTES & CIA.
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8


GEYSA BENDORAYTES E SILVA
Contadora
CRC 1RJ 091330/O-5

COMITE PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA

CNPJ: 00.969.401/0001-54

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota	2023	2022
Ativo Circulante			
Caixas e bancos conta movimento	5	1.312.436,43	2.554.573,91
Contas a receber de cliente e outros recebíveis	6	-	45.000,00
Créditos de empregados	7	-	7.554,28
Adiantamentos aos fornecedores	8	8.375,00	-
Impostos e contribuições a recuperar	9	30,35	-
Despesas antecipadas	10	5.452,00	8.505,00
		1.326.293,78	2.615.633,19
Ativo Não Circulante			
Imobilizado	11	219.154,90	305.688,06
		219.154,90	305.688,06
Total do Ativo		1.545.448,68	2.921.321,25
Passivo Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	12	1.807,10	29.769,92
Obrigações tributárias	13	1.665,64	6.199,24
Obrigações sociais e trabalhistas	14	96.846,92	247.817,01
Recursos de projetos	15	63.848,45	63.848,45
Total do Passivo		164.168,11	347.634,62
Patrimônio social			
Fundo social		2.227.407,24	2.227.407,24
(Déficits) Superávits acumulados		(846.126,67)	346.279,39
Total do Patrimônio Social		1.381.280,57	2.573.686,63
Total do Passivo e do Patrimônio Social		1.545.448,68	2.921.321,25

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODRIGO
BAGGIO
BARRETO:00380
786788

Assinado de forma
digital por RODRIGO
BAGGIO
BARRETO:00380786788
Dados: 2024.04.17
16:42:27 -03'00'

ADRIANO GONCALVES
DE
OLIVEIRA:01580729797

Assinado de forma digital por
ADRIANO GONCALVES DE
OLIVEIRA:01580729797
Dados: 2024.04.17 16:50:59 -03'00'

Comitê para Democratização da Informática

Rodrigo Baggio Barreto

CPF: 003.807.867-88

Diretor Presidente

Prime & Llonk Contabilidade Consultoria Empresarial

CRC-RJ 002683/O-4

Adriano Gonçalves de Oliveira

CRC-RJ 087.267/O-3 - Contador

COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA

CNPJ: 00.969.401/0001-54

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em reais - R\$)

	Notas	2023	2022
Receita de doações		5.434.529,86	4.442.836,41
Recursos comprometidos	16	5.271.049,93	4.104.656,80
Recursos livres	16	1.124,93	-
Recursos de consultoria	16	170.900,00	355.978,52
(-) ISS	16	(8.545,00)	(17.798,91)
Receita operacional líquida		5.434.529,86	4.442.836,41
Custo com projetos sociais	17	(6.000.577,74)	(5.947.594,56)
Resultado bruto		(566.047,88)	(1.504.758,15)
Receitas (despesas) operacionais			
Com pessoal	18	(756.992,83)	(826.924,82)
Gerais e administrativas	18	(14.063,78)	-
Depreciação e amortização	18	(99.658,91)	(87.260,41)
Outras receitas (despesas) operacionais	19	36.645,03	14.462,28
		(834.070,49)	(899.722,95)
Resultado operacional		(1.400.118,37)	(2.404.481,10)
Receitas financeiras	20	259.100,08	363.374,61
Despesas financeiras	21	(51.387,77)	(14.455,19)
Resultado financeiro líquido		207.712,31	348.919,42
Deficit do exercício		(1.192.406,06)	(2.055.561,68)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODRIGO
BAGGIO
BARRETO:00380
786788

Assinado de forma
digital por RODRIGO
BAGGIO
BARRETO:00380786788
Dados: 2024.04.17
16:43:51 -03'00'

ADRIANO GONCALVES
DE
OLIVEIRA:01580729797

Assinado de forma digital por
ADRIANO GONCALVES DE
OLIVEIRA:01580729797
Dados: 2024.04.17 16:51:08 -03'00'

Comitê para Democratização da Informática

Rodrigo Baggio Barreto

CPF: 003.807.867-88

Diretor Presidente

Prime & Llonk Contabilidade Consultoria Empresarial

CRC-RJ 002683/O-4

Adriano Gonçalves de Oliveira

CRC-RJ 087.267/O-3 - Contador

COMITE PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA

CNPJ: 00.969.401/0001-54

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em reais - R\$)

	Fundo social	Superávits/Déficits Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.227.407,24	2.401.841,07	4.629.248,31
Déficit do exercício	-	(2.055.561,68)	(2.055.561,68)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.227.407,24	346.279,39	2.573.686,63
Déficit do exercício	-	(1.192.406,06)	(1.192.406,06)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.227.407,24	(846.126,67)	1.381.280,57

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODRIGO
BAGGIO
BARRETO:003807
86788

Assinado de forma digital
por RODRIGO BAGGIO
BARRETO:00380786788
Dados: 2024.04.17
16:44:18 -03'00'

ADRIANO GONCALVES
DE
OLIVEIRA:01580729797

Assinado de forma digital por
ADRIANO GONCALVES DE
OLIVEIRA:01580729797
Dados: 2024.04.17 16:51:18 -03'00'

Comitê para Democratização da Informática

Rodrigo Baggio Barreto

CPF: 003.807.867-88

Diretor Presidente

Prime & Llonk Contabilidade Consultoria Empresarial

CRC-RJ 002683/O-4

Adriano Gonçalves de Oliveira

CRC-RJ 087.267/O-3 - Contador

COMITE PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA

CNPJ: 00.969.401/0001-54

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em reais - R\$)

	2023	2022
Fluxos de caixa nas atividades operacionais		
Déficit do período	(1.192.406,06)	(2.055.561,68)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	99.658,91	87.260,41
Ganho na venda de imobilizado	-	(14.462,28)
Variações nos ativos e passivos		
Redução de contas a receber de clientes e outros recebíveis	45.000,00	(24.196,48)
Redução de créditos de empregados	7.554,28	4.795,98
Aumento de adiantamentos aos fornecedores	(8.375,00)	-
Aumento de impostos e contribuições a recuperar	(30,35)	-
Redução de despesas antecipadas	3.053,00	-
Redução de fornecedores e outras contas a pagar	(27.962,82)	28.374,55
Redução de obrigações tributárias	(4.533,60)	(1.465,71)
Redução de obrigações sociais e trabalhistas	(150.970,09)	10.918,66
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(1.229.011,73)	(1.964.336,55)
Fluxos de caixa nas atividades de investimentos		
Venda de Imobilizado	-	14.462,28
Aquisição de imobilizado	(13.125,75)	(53.925,61)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(13.125,75)	(39.463,33)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.242.137,48)	(2.003.799,88)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.554.573,91	4.558.373,79
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.312.436,43	2.554.573,91

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODRIGO
BAGGIO
BARRETO:0038
0786788

Assinado de forma digital por RODRIGO BAGGIO
BARRETO:00380786788
Dados: 2024.04.17 16:44:39 -03'00'

ADRIANO GONCALVES DE
OLIVEIRA:01580729797

Assinado de forma digital por ADRIANO GONCALVES DE OLIVEIRA:01580729797
Dados: 2024.04.17 16:51:28 -03'00'

Comitê para Democratização da Informática

Rodrigo Baggio Barreto

CPF: 003.807.867-88

Diretor Presidente

Prime & Lonk Contabilidade Consultoria Empresarial

CRC-RJ 002683/O-4

Adriano Gonçalves de Oliveira

CRC-RJ 087.267/O-3 - Contador

COMITE PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA

CNPJ: 00.969.401/0001-54

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em reais - R\$)

1. Contexto operacional

O Comitê para Democratização da Informática (“Comitê” ou “Entidade”) é uma associação para fins não econômicos, sem fins lucrativos, sendo assim se caracteriza como associação pluralista, autônoma e independente de qualquer instituição partidária, governamental ou religiosa podendo estabelecer parcerias ou convênio com pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, e delas receber qualquer tipo de doação que venha atender às suas finalidades e não fira seu caráter autônomo. Por ser uma Organização não Governamental, ter o Certificado de Utilidade Pública Federal conseqüentemente nos isentamos de pagamentos de tributos.

Tem como objetivo social:

- ✓ Estimular e apoiar iniciativas que promovam a democratização da informática, em especial através de projetos e programas para implantação de escolas de informática em comunidades de baixa renda e em entidades representativas dos portadores de necessidades especiais, organizações civis, instituições de ensino, escolas públicas, empresa, associações, agremiações, indústrias, fábricas, bibliotecas públicas etc, cujo objetivo principal é a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- ✓ Promover campanhas públicas de doações de equipamentos de informática e software, os quais serão utilizados para desenvolvimento de seus trabalhos sociais, em entidades comunitárias e em programas sociais;
- ✓ Ceder em regime de comodato, marca, software e hardware a entidades e instituições que promovem as iniciativas apoiadas pelo Comitê;
- ✓ Promover eventos, desenvolver software, produzir materiais impressos, produtos divulgados por meio eletrônico, audiovisual e redes eletrônicas, que venham de encontro às finalidades do Comitê;
- ✓ Promover o voluntariado, a assistência social, o desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, a ética da paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais;
- ✓ Promover e/ou realizar projetos culturais, inclusive através das leis federais, estaduais e municipais de incentivo à cultura;
- ✓ Oferecer cursos técnicos e profissionalizantes, objetivando a preparação para o emprego e o aumento da empregabilidade e intermediar relação entre alunos formados e empresas empregadoras através de eventos, comunicação direta e plataforma online;
- ✓ Atuar na defesa dos direitos humanos contribuindo para a redução da desigualdade social promovendo a educação, cultura e os direitos sociais.

A Entidade foi constituída em 04 de dezembro de 1995, com sede na Praça Senador Salgado Filho, s/ nº Mezanino 101 Bossa Nova Mall – Centro, Rio de Janeiro.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” bem como a Resolução CFC nº 1409 de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 02 de abril de 2024.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir, e essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados e todos os lançamentos foram contabilizados pelo princípio da competência.

Da mesma forma, as doações recebidas são reconhecidas como receita pelo regime de competência.

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PMEs (R1). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

3.3 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer provisão para perda por valor não recuperável de ativo acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração excluindo custos de financiamentos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada pelo método linear tendo como referência o valor do custo menos o valor residual e a vida útil remanescente. As estimativas de vidas úteis estão demonstradas conforme segue:

- Imóveis - 25 anos
- Instalações - 10 anos
- Máquinas e equipamentos - 10 anos
- Móveis e utensílios - 10 anos
- Equipamentos de comunicação - 5 anos
- Veículos - 5 anos
- Equipamentos de informática - 5 anos
- Benfeitorias - 25 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos / (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

3.4 Provisão para contingência

A administração da Entidade, com base na opinião de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias. As constituições / reversões de provisão para contingência são registradas na rubrica “Despesas Gerais / Administrativas”.

3.5 Contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

3.6 Receita de doações

As doações recebidas são reconhecidas como receita pelo regime de competência. Em 2023, a Entidade recebeu doações somente de pessoas jurídicas no montante abaixo de associados ou não, composto da seguinte forma:

a) Pessoas físicas	R\$	0,00
b) Pessoas jurídicas	R\$	5.434.529,86.

3.6.1 Recursos livres

São os valores referente às doações recebidas pelo Comitê que podem ser utilizados para pagamento de despesas necessárias da Entidade.

3.6.2 Recursos comprometidos

São os valores recebidos com destinação a um projeto determinado nas rubricas especificadas pelo parceiro.

3.7 Subvenções e/ou convênios públicos

Não ocorreu no período de 2022 a 2023 recebimentos oriundos de recursos públicos via subvenção ou convênio.

3.8 Aplicação dos recursos da Entidade

Todos os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais e na prestação de serviços de assessoramento técnico e político, defesa e garantia de direitos e integração ao mundo do trabalho, de acordo com seu Estatuto, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

3.9 Gratuidade Concedida

Todo o atendimento aos beneficiários da Instituição é gratuito. Não há cobrança de qualquer tipo de contrapartida por parte dos beneficiários.

3.10 Isenção Usufruída

Não houve o usufruto de benefício tributário nos períodos de 2022 e 2023.

4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, o retorno dos benefícios a serem auferidos com os ativos intangíveis e as provisões necessárias para passivos contingentes.

5 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades e aplicações financeiras integram o conceito de caixa e equivalentes de caixa, sendo representadas por saldos em espécie em poder dos bancos e aplicações financeiras em Fundos de Renda Fixa Referenciado DI, cuja intenção de resgate não excede a 90 dias, conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	5.077,15	5.181,40
Bancos conta movimento	23.350,31	66.078,45
Aplicação financeira	1.284.008,97	2.483.314,06
	<u>1.312.436,43</u>	<u>2.554.573,91</u>

Os saldos de aplicações financeiras referem-se a Fundos de Renda Fixa Referenciado DI, e estão vinculados a instituições de primeira linha. Esses fundos possuem alta liquidez imediata, sendo remunerados por taxas que variam de 90% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6 Outros créditos

O saldo do contas a receber em 2022 corresponde a Cyrela Brasil Realty S.A. Empreendimentos no valor de R\$ 45.000,00b. Este valor foi liquidado no exercício de 2023.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contas a Receber	-	45.000,00
	<u>-</u>	<u>45.000,00</u>

7 Créditos de empregados

São considerados créditos de empregados os pagamentos de férias e adiantamentos aos funcionários a serem baixados no mês subsequente ao fechamento. Em dezembro de 2023 não tivemos nenhum valor em aberto para ser baixado no ano seguinte.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamento de Pessoal	-	6.945,28
Adiantamento de Colaboradores	-	609,00
	<u>-</u>	<u>7.554,28</u>

8 Adiantamentos a Fornecedores

São considerados adiantamentos de fornecedores os pagamentos efetuados a colaboradores com a função de serem utilizados para despesa de projetos e que efetuaremos a baixa no mês subsequente ao fechamento, com o recebimento dos comprovantes de pagamento das despesas.

	2023	2022
Adiantamentos a Fornecedores	<u>8.375,00</u>	<u>-</u>
	<u>8.375,00</u>	<u>-</u>

9 Impostos e contribuições a recuperar

São considerados impostos a recuperar os pagamentos efetuados a maior ou indevidamente. Esse montante será compensado no ano seguinte.

	2023	2022
Tributos a Recuperar	<u>30,35</u>	<u>-</u>
	<u>30,35</u>	<u>-</u>

10 Despesas antecipadas

São consideradas despesas antecipadas os pagamentos de vale-transporte, vale-refeição e seguro-saúde dos funcionários, a serem apropriados no mês subsequente ao fechamento, bem como depósitos e cauções. Em agosto de 2023 tivemos o pagamento a título de depósito e caução referente ao novo contrato de sublocação de escritório e Co-Working com Regus do Brasil.

	2023	2022
Depósito e caução	<u>5.452,00</u>	<u>8.505,00</u>
	<u>5.452,00</u>	<u>8.505,00</u>

11 Imobilizado

	Imóveis	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de comunicação	Equipamentos de informática	Benfeitorias	Total
Em 01 de janeiro de 2022								
Saldo inicial	-	-	-	948,82	6.084,51	331.989,53	-	339.022,86
Aquisições	-	-	-	-	-	53.925,61	-	53.925,61
Depreciação	-	-	-	(114,96)	(1.676,08)	(85.469,37)	-	(87.260,41)
Saldo contábil, líquido	-	-	-	833,86	4.408,43	300.445,77	-	305.688,06
Saldo 31 de dezembro de 2022								
Custo	-	-	-	1.150,00	11.378,59	591.339,06	-	603.867,65
Depreciação acumulada	-	-	-	(316,14)	(6.970,16)	(290.893,29)	-	(298.179,59)
Saldo contábil, líquido	-	-	-	833,86	4.408,43	300.445,77	-	305.688,06
Em 01 de janeiro de 2023								
Saldo inicial	-	-	-	833,86	4.408,43	300.445,77	-	305.688,06
Aquisições	-	-	-	-	-	13.125,75	-	13.125,75
Depreciação	-	-	-	(114,96)	(1.555,92)	(97.988,03)	-	(99.658,91)
Saldo contábil, líquido	-	-	-	718,90	2.852,51	215.583,49	-	219.154,90
Saldo 31 de dezembro de 2023								
Custo	-	-	-	1.150,00	11.378,59	604.464,81	-	616.993,40
Depreciação acumulada	-	-	-	(431,10)	(8.526,08)	(388.881,32)	-	(397.838,50)
Saldo contábil, líquido	-	-	-	718,90	2.852,51	215.583,49	-	219.154,90

12 Fornecedores e outros contas a pagar

	2023	2022
Fornecedores	1.807,10	29.769,92
	1.807,10	29.769,92

13 Obrigações tributárias

Os valores de obrigações tributárias, são tributos retidos de pessoas jurídicas, tendo ISS (imposto sobre serviços) de terceiros, IRRF (imposto retido na fonte) e CSRF (contribuições sociais retida na fonte). Esses valores estão sendo recolhidos em janeiro do exercício de 2024.

	2023	2022
1708 - IRRF	207,52	833,95
5952 - PIS/COFINS/CSLL	659,64	2.499,76
ISS S/ FATURAMENTO	-	1.125,00
5442 - COFINS IMPORTAÇÃO	165,29	360,08
0422 - IRPJ IMPORTAÇÃO	296,06	646,04
5434 - PIS IMPORTAÇÃO	35,88	78,19
8741 - CIDE IMPORTAÇÃO	197,37	429,95
1295 - ISS S/ IMPORTAÇÃO	103,88	226,27
	1.665,64	6.199,24

14 Obrigações sociais e trabalhistas

Os valores devidos são obrigações relacionadas aos funcionários na folha de pagamento:

	2023	2022
Previdenciárias - FGTS/INSS	6.266,38	27.714,87
Federais IRRF e PIS sobre folha	17.298,47	33.014,45
Provisão - férias e encargos	73.282,07	187.087,69
	96.846,92	247.817,01

15 Recursos de projetos

Os valores recebidos exclusivamente para desenvolvimento dos projetos pelas Regionais e Instituições Parceiras da Entidade, estão representados pelo controle entre os recursos recebidos das instituições financiadoras dos projetos e aqueles repassados para os desenvolvedores parceiros e regionais.

	2023	2022
Recursos convênio SMS	515.048,84	515.048,84
(-) Gastos convênio SMS	(451.200,39)	(451.200,39)
	63.848,45	63.848,45

16 Receita de doações

A composição da receita é a seguinte:

	2023	2022
Recursos livres	1.124,93	-
Recursos comprometidos	5.271.049,93	4.104.656,80
Recursos de consultoria	170.900,00	355.978,52
ISS	- 8.545,00	- 17.798,91
	5.434.529,86	4.442.836,41

17 Custos de atividades sociais

Os custos de atividades sociais representam as seguintes naturezas:

	2023	2022
Gastos com pessoal	944.694,81	1.372.718,10
Serviços profissionais tomados	3.777.481,72	3.556.693,48
Despesas com viagens	69.028,96	112.717,88
Materiais, fretes, aluguéis e outros	1.209.372,25	905.465,10
	6.000.577,74	5.947.594,56

18 Receitas (despesas) operacionais

	2023	2022
Gastos com pessoal	756.992,83	826.924,82
Depreciação e amortização	99.658,91	87.260,41
Despesas de Escritório	14.063,78	-
	870.715,52	914.185,23

19 Outras receitas (despesas) operacionais

Em 2023 tivemos algumas vendas de equipamentos que estavam no imobilizado e juros sobre créditos dos impostos e contribuições a recolher, conforme a seguir.

	2023	2022
Venda de imobilizado	36.642,99	14.462,28
Juros s/ impostos a recuperar	2,04	-
	36.645,03	14.462,28

20 Receitas financeiras

Correspondem aos rendimentos sobre aplicações financeiras de curto prazo e de variação (valorização) cambial de moedas estrangeiras classificados como disponível.

	2023	2022
Rendimentos de aplicação financeira	258.528,85	362.479,04
Variação Cambial	571,23	895,57
	259.100,08	363.374,61

21 Despesas financeiras

As despesas financeiras são compostas por tarifa bancária, multa e juros sobre contratos diversos e sobre tributos, IOF (imposto sobre operação financeira), variação cambial (desvalorização de moeda estrangeira) e perdas por aplicação financeira.

	2023	2022
Multa e juros	2.434,28	1.550,43
Variação cambial	675,48	1.260,06
Perda aplicação financeira	48.278,01	11.644,70
	51.387,77	14.455,19

22 Patrimônio social

O patrimônio social é constituído por bens e direitos doados, transferidos, incorporados ou adquiridos, oriundos de qualquer pessoa, física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, associados ou não.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fundos Social	2.227.407,24	2.227.407,24
(Déficit) Superávit acumulado	(846.126,67)	346.279,39
	<u>1.381.280,57</u>	<u>2.573.686,63</u>

23 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. Os instrumentos financeiros são, basicamente, caixa e equivalente de caixas e fornecedores e os seus valores contábeis se aproximam aos seus valores de realização.

24 Gestão de riscos

As atividades da Entidade a expõem aos seguintes riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez.

a) Risco de taxa de juros

Os riscos de juros se caracterizam pela possibilidade de a Entidade incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumente as despesas financeiras relativas ao contas a pagar, a receber e empréstimos que a Entidade possui junto a clientes, fornecedores e instituições financeiras.

A Entidade monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Ademais, a administração entende que a exposição da Entidade à volatilidade de taxa de juros é reduzida, tendo em vista que as operações expostas a esse risco são em sua maioria de curto prazo.

b) Risco de crédito

As instituições financeiras as quais a Entidade mantém investimentos financeiros, são bancos múltiplos selecionados e aprovados pela Administração da Entidade.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Entidade e agregada pelo departamento de Finanças. O departamento de Tesouraria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O departamento de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

25 Partes relacionadas

A Entidade conta com o apoio de outras unidades regionais para a operacionalização dos projetos, porém não existem vínculos societários e trata-se de administrações independentes, com CNPJ's distintos. Elas executam o projeto de acordo com a proposta de atuação do investidor.

Os repasses efetuados pela Entidade a estas unidades regionais são para operacionalizar o projeto na região escolhida pelo investidor. Por sua vez, elas desenvolvem os projetos em sua localidade, sendo responsáveis pela organização na operação do projeto, garantindo a metodologia e controle do impacto das ações propostas.

26 Remuneração de administradores

A Entidade está em conformidade com seu Estatuto Social, sendo vetada a distribuição de eventuais excedentes operacionais brutos ou líquidos e/ou dividendos auferidos mediante o exercício de suas atividades. A Entidade poderá remunerar seus dirigentes e as pessoas naturais e jurídicas que lhe prestem serviços específicos, respeitados em ambos os casos, as disposições legais aplicáveis.

27 Eventos subsequentes

A Entidade fechou acordos com parceiros relevantes, quais sejam:

- 2023 Deloitte, Microsoft, Tide Setúbal, Accenture, Petrobras, ERB MG Energias e Skoll Foudation.
- 2024 Skoll Foudation, Accenture, B3 Social, Shell e Instituto L'Oréal.

RODRIGO
BAGGIO
BARRETO:003807
86788

Assinado de forma digital
por RODRIGO BAGGIO
BARRETO:00380786788
Dados: 2024.04.17
16:45:00 -03'00'

ADRIANO GONCALVES
DE
OLIVEIRA:01580729797

Assinado de forma digital por
ADRIANO GONCALVES DE
OLIVEIRA:01580729797
Dados: 2024.04.17 16:51:42 -03'00'

Comitê para Democratização da Informática

Rodrigo Baggio Barreto

CPF: 003.807.867-88

Diretor Presidente

Prime & Llonk Contabilidade Consultoria Empresarial

CRC-RJ 002683/O-4

Adriano Gonçalves de Oliveira

CRC-RJ 087.267/O-3 - Contador